

A RECENTE OCUPAÇÃO: MIGRAÇÃO E TERRITORIALIZAÇÃO EM RONDÔNIA

ELTON ALVES DA CUNHA*

Migração e territorialização em Rondônia

A história de Rondônia é contada, geralmente, a partir de três ondas migratórias, relacionadas a questões econômicas e a necessidade de territorialização dessa localidade. Nessas narrativas, a primeira e a segunda ondas migratórias se relacionam aos processos de extração das chamadas drogas do sertão, do ouro e principalmente da borracha. Este último processo se deveu, sobretudo a demandas geradas pela segunda grande guerra mundial (1939-1945) e a grande necessidade pela goma elástica gerada naquele contexto, algo que motivou políticas do estado brasileiro no sentido de deslocar homens (soldados da borracha)¹ para a região não só nos seringais rondonienses, mas em grande parte dos seringais Amazônicos.

É na terceira onda migratória (décadas de 1970 e 1980), na qual Rondônia recebe seu maior contingente populacional, que o presente artigo se propõe a investigar. Nestas duas décadas, o ainda Território Federal de Rondônia recebeu cerca de 600 mil pessoas, sendo que mais de 50% da população do estado habitava em terras rondonienses há menos de 10 anos. (TEIXEIRA, 1999, p.191).

Esta onda migratória tem um caráter diferente das demais, posto que ao contrário do que ocorreu nas duas primeiras, em que o migrante chegava e tinha como principal objetivo, obter um pecúlio² e voltar para a terra natal; nesta, o migrante recém-chegado tem como objetivo adquirir um *pedaço de chão*, e na sua grande maioria das vezes, pretendia fixar

* Mestrando do Programa de Pós-Graduação em História e Estudos Culturais da Universidade Federal de Rondônia/UNIR. – Campus Porto Velho.

¹ Denominação que recebeu os trabalhadores na sua grande maioria nordestinos, que foram recrutados pelo estado nacional para atender a demanda de borracha que o mercado internacional necessitava na segunda grande guerra mundial. A equivalência que o governo brasileiro deu aos trabalhadores no processo de recrutamento, colocando-os em pé de igualdade com os pracinhas que foram para os campos de guerra na Itália os fez receber este nome.

² - Esta ideia de adquirir pecúlio, para a grande maioria dos trabalhadores dos seringais foi ilusória, fascinados pela propaganda do governo nacional que pregava aqui como terra de riqueza fácil, os soldados da borracha ao desembarcar nos seringais deparam com o abandono e ao aprisionamento por dívida ao dono do seringal (seringalista).

residência, lavrar, plantar e cultivar a terra, e a partir de então, criar relações de pertencimento e identidade, o que Milton Santos denominou de *territorialização*.

Assim, é importante destacar que aqui se entende a ideia de território, a exemplo do que pondera Milton Santos, para além de sua mera configuração espacial ou dos elementos físicos e naturais que o distinguem:

O território não é apenas o conjunto dos sistemas naturais e de sistemas de coisas superpostas; o território tem que ser entendido como o território usado, não o território em si. O território usado é o chão mais a identidade. A identidade é o sentimento de pertencer àquilo que nos pertence. O território é o fundamento do trabalho; o lugar de residência, das trocas materiais e do exercício da vida. (SANTOS apud AMARAL, 2012, p. 03).

Entender a ideia de territorialização a partir de Milton Santos significa perceber como as ações e práticas do homem nesta nova terra atuou no sentido de criar relações de pertencimento, identidades. Isto é plausível pelo fato desses migrantes terem geralmente a terra como principal objetivo e a ela depositar a possibilidade, a projeção, a expectativa de um futuro promissor, como constatou Teixeira, (1999).

Muitos colonos, de fato, ao saírem de seus lugares tinham expectativa de obter terra não apenas para si, mas também para seus filhos e até outras pessoas incluídas em seu grupo doméstico. Nada assim os impedia; e Rondônia era o lugar para onde aquele sonho convergia: (TEIXEIRA, 1999, p.198-199).

Propósito que parece ser confirmado a partir de relatos dos sujeitos que se deslocara para a especialidade em tela, como pode ser observado neste depoimento de um migrante colhido por Teixeira (1999).

Achei um futuro muito grande em Rondônia... Meu plano era vir, formar uma boa lavoura e permanecer aqui... Assim, se os filhos quiserem ficar juntos tem onde ficar... e tem também alguém da família que às vezes não tem a terra e mais tarde quer ter uma vida assim... (TEIXEIRA, 1999, p. 199).

Percebe-se certa identificação dos migrantes com a terra, com o lugar para onde trouxeram seus familiares. Contudo o leitor deve estar a indagar-se sobre quem são esses migrantes? De onde vieram? Que fatores fizeram o deslocar para Rondônia?

Conforme destaca a historiografia rondoniense, esses migrantes que povoaram Rondônia nas décadas de 1970 e 1980 eram principalmente sulistas, com a predominância de paranaenses. No entanto, o estado recebeu contingentes populacionais relevantes de vários estados brasileiros, dentre os quais podemos destacar, São Paulo, Minas Gerais, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e Espírito Santo.

Ao discutir a questão, Teixeira (1999) citando Thieblot (1977) apresenta a preocupação de um bispo de São Mateus no Espírito Santo, “que temia perder a função de “pastor de almas” para torna-se “bispo de bois e eucaliptos”, tal era a quantidade de capixabas que migravam para Rondônia nos anos iniciais da colonização, entre 1970 e 1975”. (TEIXEIRA, 1999, p.192).

Embora tenham migrado para Rondônia intelectuais³ e profissionais liberais, a grande massa era constituída de pobres, pessoas simples⁴, que tem como profissão ser agricultor:

[...] Essa camada, por assim dizer intelectual, é relativamente restrita quando considerada no conjunto da população migrante, cuja maioria – 70% ou mais – é constituída de pessoas simples [...] Essas pessoas, como notou Possamai⁵, fazem parte daquela “massa de empobrecidos”, sendo assim pessoas simples, com pouca ou nenhuma instrução⁶ sobre os quais recaem as tarefas mais duras – como a de derrubar matas – quando chegam em seus novos lugares. (TEIXEIRA, 1999, p.195).

Dentre os fatores que propiciaram esta grande leva de migrantes à Rondônia, pode-se destacar questões sociais, econômicos bem como culturais. A concentração de terras, a modernização e mecanização da produção agrícola a expansão da soja e da pecuária, na região sul do país principalmente, consolidou uma estrutura fundiária centralizadora, de forma a criar

³ - Entende-se “intelectuais”, como pessoas com um grau de instrução maior, detentor de título de nível superior.

⁴ - Entende-se por “simples” pessoas com baixo nível de instrução escolar. Bem como não se pretende relacionar a profissão de agricultor a pobreza, muito menos colocar os intelectuais e profissionais liberais em uma escala hierárquica perante aos agricultores.

⁵ - Antônio Possamai, bispo de Ji-Paraná – RO (Possamai, 1990, p.4).

⁶ - Esses migrantes são, em grande maioria, analfabetos (18%) ou semi-analfabetos que apenas sabem escrever o próprio nome – cerca de 70% (Possamai, 1988, p.7). Todavia estes mesmos migrantes são portadores de saberes, que talvez uma vida inteira de estudos, não nós permita construí-los ou sequer desejemos dominar tais conhecimentos. Portanto é preciso compreendê-los e respeitar a importância deles.

um excedente populacional que esta nova “empresa capitalista da terra” não absorvia e o repelia para Rondônia e a outros estados. (TEIXEIRA, 1999, p.193).

A concentração de terras e por consequência a destruição do pequeno produtor rural gerou um excedente populacional, que de certa forma rechaçou estes migrantes para espaços ainda não territorializados na chamada *expansão da fronteira oeste*, a qual já sofria ações do estado brasileiro com vistas a sua *ocupação* desde o governo de Getúlio Vargas. É nesta espacialidade que vão se dar novos arranjos sociais, espaço de heterogeneidade, da diferença cultural e por efeito, ambiente de conflitos entre os interesses diversos.

[...] Mas a fronteira, aqui, antes de ser um espaço geográfico, será sobretudo um lugar simbólico para onde os homens se encaminham cheios de esperanças ou ávidos de cobiça; lugar onde se dão novas construções sociais, quando não se converte, em outras circunstâncias, em ambientes de conflagrações ou de tragédias. (TEIXEIRA, 1999, p.56).

Relacionando a destruição do proprietário rural ao conceito de fronteira Oliveira Filho (1979) ressaltou:

[...] uma das condições para que exista fronteira é que uma das partes dessa totalidade se forme uma função oferta de mão-de-obra excessiva face aos recursos de subsistência disponíveis. [...] Sem contar com os movimentos migratórios causados por fatores singulares (como o clima, as guerras e etc.). O excedente populacional é sempre criado pela destruição do pequeno produtor, assuma isso a forma de despojamento de seus meios de subsistência e de supressão de sua condição camponesa (a expropriação do campesinato) ou se caracterize pela supressão de seu status de indivíduo autônomo e seu enquadramento em uma condição “naturalmente” subordinada a (escravização ou servilização de uma população independente). (OLIVEIRA FILHO, 1979, p.112).

Diante desta premissa Oliveira Filho (1979) expõe que a colonização é um processo social, por meios econômicos e políticos, e não se resume a simples ou meras políticas governamentais tendentes a favorecer ou dirigir o movimento migratório de massas. (p.112).

A englobar fatores econômicos, sociais e políticos, a recente colonização de Rondônia caracteriza-se também por apresentar fatores culturais que impulsionaram migrantes a se

deslocar para o novo estado, como relatou Teixeira (1999) ao entrevistar o jovem médico carioca, Dalton, que residia com sua esposa historiadora em Ariquemes:

No Rio de Janeiro a minha importância dentro da comunidade não aparecia; e isso acabava concorrendo com uma não-participação no processo total. Aqui, não. Numa cidade pequena, você queira, ou não, você participa do processo decisório; dá sua opinião e ela é discutida e ouvida. (TEIXEIRA, 1999, p.194).

O que se percebe na fala de Dalton é que o mesmo buscava uma maior participação pública e sair do “anonimato” que vivia no Rio de Janeiro. Almejar saída do “anonimato”, a fuga da violência e do *tédio* das grandes cidades são sentimentos constantemente relatados como fatores culturais que motivaram o deslocamento à Rondônia. Todavia, segundo afirma Teixeira (1999) estes sentimentos são mais frequentes nos relatos de migrantes que possuíam um grau de maior instrução.

Ações do Estado e o encontro de culturas

A Amazônia foi foco da ação e lugar de políticas planejadas e direcionadas à região durante o governo civil-militar brasileiro, ações estas que se efetivaram em planos políticos e econômicos, conforme afirma Octávio Ianni (1986). Para os militares, em tal região se ausentava o progresso, era um “espaço vazio” a ser ocupado, como ficou explicitamente exposto na bastante conhecida frase do presidente Médici que cunhou-se até como slogan que “Amazônia seria uma terra sem gente para uma gente sem terra”. Premissa confirmada como falsa por pesquisas situadas sobretudo no campo da arqueologia na Amazônia, que embora ainda incipiente, tem mostrado que “A Amazônia é ocupada há mais de 10.000 anos, em alguns casos por milhares de pessoas. E de se esperar, portanto, que a floresta que hoje cobre muitos sítios arqueológicos tenha, além de uma história natural, também uma história cultural”. (NEVES, 2006, p.10).

A historiografia local aponta que a chegada de povos não indígenas na região onde hoje é o estado de Rondônia se deu no findar do século XVII, com as missões jesuítas ao longo do rio Guaporé. Porém, no que tange à migração, conforme já ponderado em momento anterior, o maior dos fluxos ocorreu entre as décadas de 70 e 80 do século XX. Tal processo de ocupação fez parte de uma articulação do Governo militar, segundo Silva (2010), para

amenizar problemas demográficos existentes nas regiões mais desenvolvidas do país, que já apresentavam razoáveis incômodos sociais e a *ameaçavam* ordem, tal qual concebida e desejada pelos militares que exerciam também o papel e o poder político naquele contexto.

Os projetos de colonização da Amazônia e a região que hoje é o estado de Rondônia se consolidaram no governo civil-militar brasileiro (1964-1985), sobretudo nos anos finais da década de 1970. A grande preocupação dos militares era ocupar o “espaço vazio” amazônico, e para isso diversas obras foram realizadas, dentre elas a construção da BR- 364, ligando Cuiabá a Porto Velho (SOUZA, 1997). Foi ao longo desta rodovia que surgiram os primeiros aglomerados populacionais, os quais posteriormente seriam os primeiros municípios do sul rondoniense (SILVA, 2010).

Ocupar este suposto “espaço vazio” era prioridade do governo civil-militar. O presidente Médici, em tentativa de resolver conflitos ligados a concentração da posse de terra, principalmente na região nordeste, operou-se baseado no *slogan*: “Vamos levar os homens sem terras do nordeste para as terras sem homens” (SOUZA, 1997, p.29). No entanto, a Amazônia não era um espaço vazio, vivia na região diversas etnias indígenas, caboclos e seringueiros vindos em levadas migratórias anteriores. Estes últimos em Rondônia ocupavam as regiões de Porto Velho e suas adjacências, bem se distribuíram ao longo do rio Guaporé. Quanto ao preconizado “espaço vazio” propagado pelo governo federal (SOUZA, 1997, p. 27) afirma:

A Amazônia não era um “espaço vazio” como se colocava, pois essa região sempre fora ocupada pelos povos da floresta – Índios, seringueiros, caboclos e nordestinos que se dedicavam a agricultura de subsistência, ao extrativismo vegetal e ao extrativismo mineral, praticando a caça e a pesca, [...] Na verdade o vazio a que se referiam os ideólogos e governantes era sobretudo, a nova forma de apropriação e exploração do espaço. A terra como mercadoria, deveria possuir um valor.

Reiterando a existência desse menosprezo é até mesmo a negação dos indígenas e seringueiros por parte do governo nacional, Teixeira (1999) afirma: “As atividades extrativas, por outro lado não merecem do governo nenhum tipo de reconhecimento, sendo consideradas um entrave para os projetos que tratava de implementar naquela área”. (p.33).

Nesta perspectiva, no tocante aos indígenas, os mesmos também se encontravam desamparados perante ao governo nacional; representados pela FUNAI (Fundação Nacional do Índio), esta que segundo Ianni (1986), só aparecia depois dos contatos, depois que o recente colonizador já se apoderava de até então ocupadas por etnias indígenas, empurrando-as para regiões mais longínquas, quando não os dizimava física ou culturalmente; prática esta que estava em consonância com a política do governo, como observa-se na fala de José Costa, então ministro do Interior: “tomaremos todos os cuidados com os índios mas não permitiremos que entrem o avanço do progresso”. (IANNI, 1986).

Nesse ínterim, a ideia de progresso passa pela derrubada da floresta⁷, e implantação da agricultura sobrepondo ao extrativismo e demais atividades sustentáveis, pois como disse Kate Grenaway: “É tão horrível as coisas precisarem ser mortas para que nos alimentemos delas – parece tão perverso. E no entanto temos que fazê-lo ou morrer nós mesmos” (apud Teixeira, 1999, p.216).

Com o intuito de manejar e acelerar a distribuição de terras no espaço amazônico, o governo, que nesse momento era marcado por uma ditadura de orientação civil-militar, implantou diversos Projetos de Colonização na região⁸. Neste cenário em que transformaram a terra em mercadoria, o INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária) foi o órgão responsável pela distribuição e repartição dos lotes de terras aos colonos.

Entretanto Teixeira (1999) afirma; “que o Incra, na fase de implantação dos projetos, não foi capaz de acomodar as sucessivas levas de migrantes que vinham do Sul, chegando mesmo a impeli-los a que invadissem terras de antigos seringais” (p.285). Situação que não só acometia as terras de antigos seringais, bem como territórios indígenas.

Conforme se percebe, os projetos de colonização não atenderam a todos; neste cenário de terra como mercadoria, o INCRA desenvolveu um decisivo papel, posto que cabia a esse órgão executar em nível local, parte das políticas e projetos pensados pelos militares para Amazônia e na sua atuação, não deixou de privilegiar latifundiários e empresários políticos, em detrimento de pequenos colonos, índios e seringueiros, a exemplo do que pondera Octávio Ianni. (1986).

⁷ Conforme indicam vários relatos, a derrubada imediata da floresta era condição que assegurava, inclusive, a posse do lote de terra pretendido pelo migrante. Era um dos critérios utilizados pelo INCRA para certificar ou não a posse legal do lote.

⁸ Dentre os projetos de colonização destaca-se: PA (projeto de assentamento); PAR (Projeto de assentamento rápido); PAD (Projeto de assentamento Dirigido); PIC (Projetos Integrado de Colonização).

Esta assertiva pode ser percebida também nas falas dos migrantes, como é o caso do depoimento de um seringueiro de Jaru, em entrevista concedida a Teixeira (1999). “O Jaru é uma terra rica, terra de ganhar dinheiro, mas ninguém ganha dinheiro, porque está tudo desmantelado; não tem nada em ordem. Uma parte o prefeito manda para um lado, mas o outra o Incra diz: não, não é assim!” (p.238).

No tocante ao papel desempenhado pelo INCRA, durante o processo da recente colonização de Rondônia, é constante os migrantes relatarem que funcionários do órgão agiam por meios corruptíveis e se deixavam corromper em troca da propina ofertada por latifundiários (fazendeiros), empresários políticos e grileiros, concedendo a eles o título de grandes quantidades de terras, inclusive terras devolutas.

Outra queixa que recai sobre alguns funcionários do INCRA era o menosprezo que teriam pelas populações que já habitavam a localidade, como índios, caboclos e seringueiros; em relação aos colonos, como observa no depoimento fala de um seringueiro também da cidade de Jaru, o qual reclama de um funcionário do INCRA, que segundo, ele os perseguia e humilhava:

Se um seringueiro fizesse ali uma pele de borracha (ele dizia): bota essa imundice lá fora! É por isso que vocês são (considerados) preguiçosos! Eles (e aqui incluem os colonos) comparam o povo daqui com os “bichos do mato”, enquanto eles são o cabeção⁹, os paletó grosso. Eles desprezam nós. (TEIXEIRA, 1999 p. 237).

O processo de colonização de Rondônia, como se pode perceber, foi marcado por diversos conflitos agrários, com o estado geralmente agindo em benefício do capital. Rondônia vivenciou um conflito entre a colonização dita espontânea e a oficial, cujo controle os agentes estatais tentaram dar conta, mas nem sempre conseguiram o sucesso almejado. Tal situação acabou por originar diversas tensões sociais, as quais tiveram como características a grilagem; defesa da terra pelo posseiro; a expropriação do índio; expansão da empresa privada de colonização; transformação da terra em mercadoria, e por efeito, muitas vítimas, especialmente indígenas e pequenos posseiros. (IANNI, 1986).

Diante destas políticas públicas, a Amazônia em geral passava por um desenvolvimento extensivo do capitalismo e conseqüentemente, por uma proletarização de índios e caboclos. (IANNI, 1986). Esse processo, segundo Teixeira (1999), levou a uma situação de demasiada exploração dos seringueiros, pois conforme relatou, após a distribuição

⁹ - Consultar (Teixeira, 1999, p.237).

dos lotes pelo INCRA e instalação dos colonos nos mesmos, muitos colonos proibiram os seringueiros de extrair látex em seus lotes, quando não cobravam-lhe uma taxa que chegava a 30% da produção de borracha. (p.247).

A caça e a pesca, bem como a entrada no próprio lote foram restrições feitas por grande parcela dos colonos aos seringueiros, restrição que nem mesmo o sistema de barracão¹⁰ lhe impôs, haja vista, o seringalista ter lhe concedido pleno uso sobre a vasta natureza. tal situação explica o desenvolvimento extensivo do capital, que no caso, repele o seringueiro das terras que até pouco tempo eram “suas” para regiões mais longínquas e por muitas vezes inapropriadas ao extrativismo. (TEIXEIRA, 1999).

Amaral (2012) observa que a BR 364 foi elemento fundamental na estratégia de distribuição de terras, já que se constituía como única via de acesso para deslocamento de grandes massas. Visto isso, a mesma autora concluiu que o sucesso do sistema agropastoril na região deveu-se à esta via.

A importância da BR 364 pode ser constatada pela colonização de Rondônia, através do ciclo agrícola. A política de assentamento de colonos para fins de formação de uma base agropastoril pelo Regime Militar (que vigorou no Brasil entre os anos 1964 a 1985) veio definir entre os anos 1970 e 1990, a principal base de colonização perene do Estado de Rondônia. O fato concreto, portanto, é que o sucesso da colonização agropastoril (agricultura e pecuária) preconizada pelo Governo Federal só era possível porque a Rodovia BR 364 existia. (AMARAL, 2012, p 100).

A distribuição de terras, fez com que o fluxo migratório atingisse níveis colossais. Pessoas de muitas regiões brasileiras para Rondônia se dirigiram, objetivando realizar sonhos que foram alimentados pela propaganda governamental do novo Eldorado (SILVA, 2011). A seguinte tabela traz dados referentes ao contingente migratório para Rondônia entre os anos de 1977 e 1986 (SEPLAN-RO/CETREMI Estimativa da FIERO18/1995 *apud* CIM, 2003):

EVOLUÇÃO DO TOTAL DE MIGRANTES CADASTRADOS EM

¹⁰ - Sistema que o seringueiro ficava aprisionado por dívida ao dono do seringal.

RONDÔNIA	
ANO	Migrantes/População
1977	3.140
1978	12.658
1979	36.791
1980	49.205
1981	60.618
1982	58.052
1983	92.723
1984	153.377
1985	151.684
1986	165.527
TOTAL	783.527

Perante tal crescimento, o qual mostra a chegada vertiginosa de migrantes ao estado, observa-se que a política do governo nacional com vistas a ocupação da Amazônia, esteve atrelada ao processo de desmatamento da floresta para atividades agrícolas e obteve em larga medida o resultado almejado pelo governo.

O processo de ocupação humana de Rondônia ligado ao Ciclo da Agricultura foi executado pelo INCRA, inicialmente, através dos Projetos Integrados de Colonização, PIC e dos Projetos de Assentamento Dirigido, PAD, estrategicamente criados para cumprir a política destinada à ocupação da Amazônia rondoniense. (AMARAL, 2012, p 100).

Com a maior parte dos migrantes sendo agricultores, suas produções dependiam inerentemente da fertilidade da terra. Sobre a produtividade das terras rondonienses, as autoras Silva (2010) e Amaral (2012) aparentemente defendem posições antagônicas. Enquanto Silva (2010) argumenta que o solo desta região é de fertilidade mediana e que precisa, em certas condições, receber tratamento químico; Amaral (2012), por sua vez, afirma que o teor elevado de fertilidade deste solo foi descoberto enquanto se construía a BR 364, e que é propício à agricultura.

Nas palavras de Silva (2010, p.122):

[...] mesmo aqueles que acreditavam ter encontrado ‘terra roxa’ similar a do Paraná ou algumas faixas do mesmo tipo de solo no Mato Grosso, hoje, sabem que para mantê-lo produtivo é necessário corrigi-lo com nutrientes, calcário, fertilizantes, uréia, que são os mecanismos mais utilizados, e em muitos locais nem isso resolve.

Nas palavras de Amaral (2012, p. 100):

Outro fato importante além da própria rodovia foi que a sua construção revelou a existência de terras de “alto teor de fertilidade”, ao longo do seu curso, propícias para a agricultura. Essa descoberta coincidiu com a campanha de integração da Amazônia e o fato econômico da liberação de mão de obra agrícola das lavouras do Sudeste que se mecanizavam, gerando pressão social nos centros (metrópoles) urbanos.

Interpreta-se aqui, que a divergência entre as autoras seja apenas resultado das diferenças entre os momentos narrados por elas: a princípio, esperava-se um solo riquíssimo, e as primeiras culturas da terra assim o confirmaram; porém, depois de um tempo de cultivo notou-se dramática queda da fertilidade, sendo necessário o tratamento químico.

Como Teixeira (1999) constatou, a “terra vermelha”¹¹ era o que mais atraía migrantes. Outro fato peculiar concernente a este fluxo migratório ao estado era que grande parte desses migrantes já havia residido em pelo menos dois estados brasileiros, antes de chegar a Rondônia. (TEIXEIRA, 1999).

Ao discutir a questão, Silva (2010) tratou de forma interessante e denominou estes estados, pelos quais os migrantes passaram antes, como estados corredores:

[...] poucos eram primários (migrantes pela primeira vez); a maioria, vinda do sul, principalmente do estado do Paraná, já havia passado por São Paulo e Espírito Santo; os que chegavam de Mato Grosso também eram oriundos de outras regiões, utilizando este estado apenas como um corredor para chegar até Rondônia. (LIMA, 2001, p. 132).

¹¹ - Expressão popularmente usada para designar terras com alto teor de fertilidade.

Conforme o esperado pela campanha governamental, foi grande a quantidade de pessoas trazidas para a região, bem como a multiplicidade de hábitos culturais que traziam consigo e passaram a interagir naquele ambiente, criando situações de aproximação e/ou estranhamento entre eles:

As áreas onde ocorreram as maiores concentrações de migrantes foram Vilhena, com extensão a Colorado d'Oeste; Cacoal, Rolim de Moura, Ji-Paraná, Ouro Preto d'Oeste, Jaru e Ariquemes. Essa população migrante que se fixou em Rondônia entre 1968 e 1982 era formada, basicamente, por paranaenses, gaúchos, mato-grossenses, capixabas, mineiros e paulistas. Em menor número, fixaram-se cearenses, cariocas, baianos, paraibanos, amazonenses, goianos e alguns estrangeiros. (AMARAL, 2012, p. 100-101).

O “choque cultural” foi inevitável neste processo, que colocou pessoas de distintas regiões em um mesmo e local. Sotaques e formas diferentes de lidar com a terra e com o rebanho começaram aos poucos a se misturar em novas configurações, não apenas sociais, mas também de produção laboral.

Descobrimos, dessa forma, o imenso caldeirão cultural que é este estado e toda a epopéia vivida pelos seus habitantes. Hoje, sabemos que Rondônia é o resultado da fervura do “caldeirão” agitado que foi a sua colonização e ocupação. Aqui há a fusão e a metamorfose, a união e a separação, o híbrido e o sincrético que faz esse povo diferente e singular. E a língua é o resultado de tudo e de todos que para cá vieram. (AMARAL, 2012, p 100).

Todavia esse encontro de culturas, apresentado por Amaral (2010) com conotações harmônica e romântica, revela somente parcialmente o que foi esse processo de migração. Rondônia vivenciou e vivencia ainda diversos conflitos, sobretudo agrários, a exemplo do *massacre de Corumbiara* em 1995, o qual vitimou mais de uma dezena de trabalhadores sem-terra, e umas das demandas e questões que continua em aberto no estado é à luta pela terra, algo envolver diversos interesses, quase sempre conflitantes e cuja arbitração pelos agentes do estado continua lacunar.

Relações de sociabilidades e projetos identitários

Embora Rondônia apresente inúmeros conflitos, parte deles motivados pelo que podemos denominar de encontro de culturas e os diversos interesses representados pelos mais variados grupos existentes; de modo geral os migrantes que chegaram a tal espacialidade, construíram e ainda constroem entre si relações de reconhecimento e pertencimento, a partir da memória partilhada das lutas e desafios travados juntos, das sociabilidades construídas, ensejadas na terra que até, era desconhecida a eles..

Deste considerável processo de ocupação, o estado etnicamente apresenta, segundo Amaral (2012):

De acordo com o censo de 2010, 36,8% da população de Rondônia é formada por brancos, 7,3% são negros, 53,8% são pardos e 2,2% são amarelos ou indígenas. Rondônia é, portanto, um estado cosmopolita porque, desde o início de sua criação, até os dias atuais, para cá vêm pessoas das mais diversas regiões do país e do exterior. Sua população é híbrida e multiculturalmente diversificada. (AMARAL, 2012, p. 103).

Quanto a esta “consonância” de multiculturalidades por assim dizer; alguns elementos de sociabilidades favoreceram tal interação entre os mais variados grupos de migrantes. Em pesquisa que realizamos sobre a temática, na região do município de Rolim de Moura, constatamos que a formação de uma comunidade religiosa católica (posto que a maioria entre os pesquisados eram católicos) bem como a prática desportiva, sobretudo do futebol (com criação de um time de futebol amador, inclusive) se fizeram elementos importantes para a interação entre migrantes.

A exemplo da investigação desenvolvida por Silva (2010), que também realizou pesquisa sobre essa temática das sociabilidades e identidades construídos no fluxo migratório, observou-se que na linha¹² 164/sul, os colonos fundaram uma CEB – Comunidade Eclesial de Base – com o nome de “São José”, e lá passaram a se conhecer, construir relações e intensificar os laços de pertencimento, de forma a construir entre esses sujeitos o sentimento de comunidade. Assim, a comunidade religiosa e o campo de futebol, foram tornados locais de lazer dos colonos, mas não somente: lá visões de mundo eram partilhadas, experiências

¹² - Denominação na qual recebem as estradas (ruas) rurais de Rolim de Moura. Tal denominação não somente atribui às estradas rurais rolimorenses, mas as demais estradas rurais de municípios vizinhos.

socializadas, novos sentidos atribuídos a vida que fazia e se construía ali, no desafio de luta e da lida diária pela sobrevivência, para tornar realização material, palpável, a imaterialidade dos sonhos e desejos que habitavam cada uma desses sujeitos. (p.134).



Fotografia 1: migrantes e prática esportiva em Rolim de Moura (Acervo Pessoal)

A fotografia acima de 1985, retirada de arquivo pessoal, reporta-se ao time Esporte Clube Guarani, que recebeu este nome devido a um de seus integrantes, vindo da cidade de Campinas – SP e trazer consigo um velho uniforme do time paulista. Sobre o campo de futebol ser uma localidade de divertimento, e ainda a respeito do time de futebol da 164/Sul, Silva (2010, p. 134) aponta o seguinte:

[...] o campo de futebol, que além de agrupar toda comunidade local é o ponto de encontro de lazer das pessoas que curtem o esporte. O time de futebol recebe vários nomes em cada linha. (SILVA, 2010, p. 134).

Gastaldo (2006) ver a prática do futebol como sendo parte da cultura geral dos brasileiros, o que talvez tenha facilitado à interação de pessoas vindas de tão distintas regiões, visto que além da sociabilidade que a prática possibilita, este esporte é reconhecidamente um elemento constituinte da chamada identidade brasileira. Atuava assim, como um elemento comum, que servia ao sentimento de pertencimento num espaço onde todos pareciam vir de outras espacialidades e tinham experiências distintas, ainda que os sonhos, os anseios fossem em alguma medida, um ponto de encontro entre eles.

Considerações Finais

A prática religiosa ou desportiva formou modos e possibilitou a emergência de situações que tornaram possível, mediante as divergências, visões de mundo e experiências distintas que cada um carregava consigo, a interação entre as pessoas que migraram para Rolim de Moura e região. Elas, com suas histórias diferentes; vivendo tempos difíceis, mas a despeito de todas as distinções, se reuniram em comunidade, se divertiram juntos, construíram novas redes de sociabilidades, territorializaram uma espacialidade desconhecida por gentes de várias partes do país que até então eram também desconhecidos entre si. É o mundo do novo, dos desafios e dos sonhos de um futuro melhor, “vendidos” pelo Estado brasileiro e “comprado”, consumido por pessoas de diversos lugares do país, que viram na migração para Rondônia, a oportunidade de construir o seu lugar, ter seu tão sonhado “quinhão de terra”.

REFERENCIAS:

AMARAL, Nair. Processos migratórios em Rondônia e sua influência na língua e na cultura. **Linha d'Água**, n. 25 (1), p. 87-107, 2012.

CIM, Salvador. **O processo migratório de ocupação no estado de Rondônia – Visão histórica**. 1ª ed. Porto Velho: edufro, 2003.

GASTALDO, Édison. **Futebol e sociabilidade: apontamentos sobre as relações jocosas futebolísticas**. Esporte e sociedade. N3. p. 1-16, 2006.

IANNI, Octavio. **Ditadura e Agricultura**. O Desenvolvimento do Capitalismo na Amazônia (1964-1978). Rio de Janeiro, 2a. Edição, Civilização Brasileira, 1986.

MARTINS, José. A sociabilidade do homem simples: cotidiano e história na modernidade anômala. In: **A sociabilidade do homem simples: cotidiano e história na modernidade anômala**. São Paulo: Contexto, 2011.

NEVES, Eduardo Góes. **Arqueologia da Amazônia**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed. 2006.

OLIVEIRA FILHO, João Pacheco. **“O caboclo e o Brabo”** in: Encontros com a Civilização Brasileira. Rio de Janeiro, nº 11, maio de 1979.

SILVA, Maria. **Os migrantes das décadas de 70 e 80 e sua História em Rolim de Moura – Rondônia – Brasil.** 2010. 221f. Dissertação (Mestrado em História) - Fundação Universidade Federal de Rondônia, Rondônia, 2010.

SOUZA, Irisneide. **A desordem da colonização em Rondônia:** PIC Sidney Girão. São Paulo – Brasil. 1997. 126f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Universidade Estadual Paulista, São Paulo, 1997.

TEIXEIRA, Carlos Corrêa. **Visões da Natureza.** Seringueiros e Colonos em Rondônia. São Paulo, EDUC/FAPESP, 1999.